



UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

SÉRIE 4 - N.º 146
OUT./DEZ. 2015 TRIMENSÁRIO - € 0,20

PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESISTENTES ANTIFASCISTAS PORTUGUESES

WWW.URAP.PT

geral@urap.pt

EDITORIAL

OS NÚCLEOS DA URAP

Este é o nosso último Boletim do ano 2015, o qual só chegou à nossa posse em Janeiro de 2016. Queremos portanto aproveitar a oportunidade para desejar um melhor ano de 2016 a todos os sócios da URAP e seus familiares e amigos.

Em Abril deste ano de 2016 a URAP completa 40 anos da sua criação. São 40 anos repletos de muita atividade por parte da URAP e dos seus núcleos existentes, de muitas iniciativas todas elas defendendo a democracia, a paz e a liberdade.

A URAP foi e é necessária a todos os democratas e antifascistas e qualquer um que sinta vontade de ajudar e o queira fazer organizadamente pode integrar qualquer núcleo, fazendo-se sócio desta organização, independentemente da sua filiação partidária, idade ou opção religiosa.

Precisamos de reorganizar os núcleos existentes e criar novos para reforçar a URAP.

Tanto para reorganizar como para criar novos núcleos dispomos de um elemento muito fácil e importante, que é falar com os outros, falar com as pessoas. Assim que haja dois ou três de acordo e identificados com a necessidade da existência da URAP é logo possível dar início à constituição de um núcleo, marcar uma reunião e convidar a participar um membro da direcção da URAP.

Uma questão central é a quotização cujo valor mensal não deveria ser inferior a 1 euro. Por vezes surgem amigos que gostavam de ser sócios que afirmam que já são sócios de muitas instituições e que não podem. Devemos rebater esta ideia dizendo que a URAP não é só mais uma associação: é uma organização que luta diariamente na defesa da Paz, da liberdade e da democracia.

A URAP cresceu bastante nestes últimos dois ou três anos. Mas precisamos de crescer mais.

Precisamos de aumentar o número de sócios e de núcleos organizados pelo país, precisamos de aumentar o valor da quotização anual. Reforçar e reorganizar os núcleos existentes e criar novos núcleos é tarefa principal da URAP no momento. Integrámos a luta para conquistar a liberdade e conseguimos.

Agora a liberdade tem de ser permanentemente defendida.

Assim o faremos. Viva a URAP!

Diamantino Torres



NÚCLEO DE SANTA IRIA DE AZÓIA VISITA PALMELA - pág. 2

O núcleo da URAP de Santa Iria de Azóia realizou uma visita a Palmela, onde teve oportunidade de conhecer as casas clandestinas onde foram presas as resistentes antifascistas Georgette Ferreira e Maria Luísa da Costa Dias.

RESPEITAR OS VALORES DE ABRIL, CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO - págs. 4 e 5

O TERRORISMO É SEMPRE UM INIMIGO DA DEMOCRACIA, DA PAZ, DA JUSTIÇA

- págs. 6 e 7



NÚCLEO DE SANTA IRIA DE AZÓIA VISITA PALMELA ROTEIRO DA RESISTÊNCIA



O Castelo de Palmela, a «casa-mãe» da rota dos vinhos de Palmela, bem como a adega «Espaço Lima Fortuna», que integra a mesma rota, foram alguns pontos da XVII visita guiada de 25 sócios e amigos do núcleo da URAP de Santa Iria de Azóia. A viagem, realizada dia 31 de Outubro, contou com a colaboração da União de Freguesias de Santa Iria de Azóia, São João da Talha e Bobadela e da Câmara Municipal de Palmela e teve por finalidade também conhecer duas casas onde se realizaram prisões de democratas no tempo da ditadura e, desta forma, homenagear os que lutaram contra o fascismo e pela liberdade.

Deste modo, o grupo, acompanhado por um guia local e por um amigo da URAP, deslocou-se às casas onde foram presas as antifascistas Georgette Ferreira (que residia com António Dias Lourenço) e Maria Luísa da Costa Dias.



Georgette Ferreira, hoje com 90 anos, foi detida pela PIDE na casa de Monte Moraventos, Palmela, às 3 horas da manhã de 17 de Dezembro de 1949. Foi a primeira mulher a evadir-se enquanto presa. A 4 de

Outubro de 1950, fugiu do Hospital de Santo António dos Capuchos, fuga essa organizada com a colaboração de elementos do Partido Comunista Português, a que pertencia, membros da família e o médico. Voltaria a ser detida em Dezembro de 1954.

Com a saúde muito debilitada foi libertada em 1959. Saiu então clandestinamente para Praga, Checoslováquia, e depois para Paris.

No 25 de Abril de 1974 encontrava-se clandestinamente na região de Setúbal, onde prosseguia a luta antifascista.

Dirigente do PCP, a que aderiu na década de 40, quando era operária têxtil, foi influenciada politicamente pelo seu padrinho e relacionou-se com Alves Redol, Carlos Pato e Soeiro Pereira Gomes.

Fotos gentilmente cedidas pelo arquivo do PCP



URAP
Propriedade e edição
da **União de Resistentes
Antifascistas Portugueses**
Membro da Federação Internacional
de Resistentes

Directora **Ana Pato**
Paginação e Grafismo **Sónia Semião**

Redacção e Administração
Rua Bernardo Lima, 23 - 1º Esq.
1150-075 Lisboa • Telefone 213 576 083

Em 1944, Georgette Ferreira foi uma das organizadoras em Alhandra e Vila Franca de Xira, das greves de 8 e 9 de Maio e da marcha do dia 8, que culminou com a prisão de várias mulheres nas Praças de Touros de Vila Franca de Xira e do Campo Pequeno, tendo algumas sido remetidas, a 11 de Maio, para Caxias, onde permaneceram até Agosto.

Após a revolução, foi deputada na Assembleia da República e é membro da URAP.



Maria Luísa da Costa Dias (1916-1975) foi presa em Palmela a 3 de Dezembro de 1953 e esteve no Forte de Caxias até 18 de Dezembro de 1954.

Novamente presa e torturada em 5 de Dezembro de 1958, saiu a 20 de Abril de 1962 depois de uma campanha nacional e internacional a favor da sua libertação. Pesaria então pouco mais de 30 quilos.

Em Maio de 1961, Maria Luísa da Costa Dias, médica e católica, foi autora de uma das 13 cartas incluídas num manifesto, enviado clandestinamente da Prisão de Caxias, dirigido às «organizações femininas e democráticas do mundo inteiro», em que fazia a denúncia das torturas e das condições em que as mulheres estavam presas: «Fui julgada ao fim de dois anos de prisão preventiva e condenada a dois anos de prisão correcional e medidas de segurança. Tal condenação foi-me aplicada em contradição com as conclusões expressas pelo próprio tribunal (...). O meu estado de saúde está profundamente abalado por doença grave e sem nenhum tratamento, dado que a assistência de que necessito não pode ser ministrada na prisão e é-me negado internamento hospitalar.»

Membro do Partido Comunista Português, tinha pertencido ao Movimento de Unidade Democrática. Com o seu marido, Pedro Soares, dirigente do PCP, esteve na clandestinidade em Portugal e viveu no estrangeiro em países como Moçambique, Argentina, Brasil, Chile, Argélia e Checoslováquia, onde representavam o partido.

Integrou, depois de Abril de 1974, a delegação portuguesa à Assembleia Geral da ONU (Setembro de 1974).

Morreu com o marido, Pedro dos Santos Soares, num acidente de viação ocorrido a 9 de Maio de 1975.

Maria Luísa da Costa Dias é autora do livro «Crianças Emergem da Sombra: Contos de Clandestinidade».

DELEGAÇÃO DA URAP NOS AÇORES LEMBRAR OS PRESOS EM ANGRA DO HEROÍSMO

A cidade açoriana de Angra do Heroísmo conta agora com uma lápide que assinala a presença no Forte de S. João Baptista de presos políticos durante a ditadura fascista, que para ali foram enviados quer para cumprirem pena quer em trânsito para o Campo de Concentração do Tarrafal.

A lápide, coberta com a bandeira da URAP, foi descerrada no dia 17 de Setembro, na parede de uma instalação camarária junto a um parque, na estrada que dá acesso ao Forte, pelo presidente da Câmara de Angra do Heroísmo, Álamo de Menezes, e pela coordenadora da URAP, Marília Villaverde Cabral.

Em Portugal ainda é grande o desconhecimento de que houve campos de concentração como o Tarrafal, onde muitos presos morreram depois de serem sujeitos às mais vis humilhações, a doenças, a torturas e à fome. Mas se, apesar de tudo, aqui e ali se ouve falar do Tarrafal, em relação às prisões nos Fortes de Angra do Heroísmo, na Ilha Terceira, o desconhecimento é praticamente total. Foi por essa razão que o Conselho Directivo da URAP decidiu organizar a visita guiada aos Açores.

A ideia foi bem acolhida e apoiada pelo presidente da Câmara de Angra do Heroísmo e os 15 membros da delegação da URAP que visitaram o Forte jamais esquecerão aquele terrível local, onde a luz não chega e a água escorre pelas paredes de pedra.

A antiga «Poterna» ou «Calejão», local húmido e hostil, conserva ainda gravado na pedra nomes como Bento Gonçalves, Sérgio Vilarigues e outros.

Daquelas paredes, pareceu-nos ouvir o que tínhamos lido em documentos antigos: «Estamos incomunicáveis. Fomos submetidos aos maiores vexames e insultos. Não há higiene e a comida é intragável. Toda a correspondência é violada e, quando protestávamos, como aconteceu há meses, sufocaram-nos com um feroz espancamento e com o envio de vários de nós, cerca de duas semanas, para a “poterna”. Denunciem por toda a parte o regime bárbaro a que estamos sujeitos, para nos arrancarem desta masmorra.»

Muitos se têm esforçado, certas forças políticas, para apagar o que foi o fascismo em Portugal. O apelidar sistematicamente de «Estado Novo» esses tempos de tormenta, bem como as escassas referências nos manuais escolares sobre esse período, o mais negro da nossa História, leva a que grande parte da população portuguesa desconheça, nomeadamente as novas gerações, o que representaram as prisões, as torturas, o exílio, a censura e a guerra, em que milhares de jovens foram mortos, estropiados e muitos mentalmente afectados.



MEMÓRIA E LAZER

A Fortaleza de São João Baptista, freguesia da Sé, Angra do Heroísmo, encontra-se na costa sul da ilha Terceira. Começou a ser construída em 1593, em pleno domínio espanhol (Dinastia Filipina), e foi inaugurada em 1640. Serviu como protecção costeira de piratas e corsários, aquartelamento de tropas espanholas e rota de comércio transcontinental. No século XX, durante a I Guerra Mundial, as dependências do forte foram utilizadas, entre 1916 e 1919, como «Depósito de Concentrados» de súbditos alemães obrigados a permanecer em Portugal. Já no período do fascismo foi prisão política: em 1933, presídio militar, e em 1943, «Depósito de Presos de Angra».

A URAP compromete-se a divulgar a situação daquele inferno, bem como a do outro Forte em frente, o do S. Sebastião, «O Castelinho», para onde os presos foram transferidos, durante o período da II Guerra Mundial, sujeitos ao mais profundo isolamento, agora uma pousada do grupo «Pestana».

A deslocação aos Açores, que terminou a 21 de Setembro, foi composta também por uma parte lúdica com uma ida ao centro da cidade de Angra, Património Mundial da UNESCO, onde se visitaram alguns monumentos, nomeadamente o Convento da Esperança, o edifício da Câmara Municipal, a Igreja da Misericórdia e o Jardim Duque da Terceira.

De realçar ainda a visita à cratera do vulcão, em Algar do Carvão, à Cidade Praia da Vitória, à Lagoa do Negro, a Vila Nova e às Lages.

Na Ilha de S. Miguel, destacam-se a extraordinária beleza natural da Lagoa do Fogo e da Lagoa das Furnas, o Parque Terra Nostra, a Ribeira Grande e a sua arquitectura barroca dos séculos XVII e XVIII, passando por Vila Franca do Campo, que foi a primeira capital da Ilha.

A Lagoa das Sete Cidades, no fundo da enorme cratera vulcânica, vários miradouros com deslumbrantes paisagens na Ilha de S. Miguel e plantações de chá e de ananases foram igualmente vistos pela delegação da URAP.

ERRATA Por lapso, na edição passada do nosso boletim anunciámos que correspondia aos meses de Abril, Maio e Junho, quando na verdade correspondia aos meses de Julho, Agosto e Setembro. A restante informação, nomeadamente a numeração, estava correcta. Aos leitores as nossas desculpas.



DEFENDER OS VALORES DE AB



Comemora-se, neste ano de 2016, o 40.º aniversário da Constituição da República. Aprovada em 2 de Abril de 1976, com os votos contra do CDS, a nova Constituição inscreveu no seu texto os direitos e liberdades fundamentais que, na Revolução de Abril, foram conquistados pelo povo português.

Apesar da descaracterização imposta em sucessivas revisões constitucionais, sete ao todo, mantém um conteúdo progressista, é garantia da defesa dos direitos fundamentais e das funções sociais do Estado e afirma a democracia nas suas vertentes política, económica, social e cultural, bem como a defesa da soberania e independência nacionais. Ainda que diminuída no seu alcance pelas várias revisões, a Constituição tem constituído um obstáculo aos designios da política de direita e das forças ao serviço do grande capital que procuram destruir os direitos sociais e laborais conquistados pela luta dos trabalhadores e do povo. Daí as constantes tentativas de violação dos preceitos constitucionais pelo governo recentemente derrotado e que, por várias vezes, o Tribunal Constitucional impediu que se concretizassem. Assim, a defesa do regime democrático de Abril é indissociável do cumprimento da Constituição da República.

O Presidente da República ainda em exercício, tendo jurado cumprir e fazer cumprir a Constituição, esteve de facto ao serviço da política de direita, dando cobertura não só a iniciativas que desrespeitavam a letra e o espírito da Constituição, como ao colaborar em manobras de propaganda do governo de que foi protector e mesmo tutor. Citando só exemplos recentes, quando assegurou a estabilidade do BES, quando reforçou o anúncio da «boa notícia» da devolução da sobretaxa, ou quando valorizou a existência de uma «substancial almofada financeira». Ao longo dos 10 anos em que esteve instalado em Belém e, particularmente, nos últimos tempos, Cavaco Silva assistiu passivamente à alienação de sectores estratégicos da economia nacional, essenciais para a nossa soberania e independência. Assistiu impávido às privatizações e venda das participações do Estado da CIMPOR, EDP, REN, GALP, PT, ANA, CTT, EGF, das quais resultou a ocupação por capitais estrangeiros desses importantes sectores estratégicos para o desenvolvimento soberano do País. Observou, impassível, a desestabilização da economia e o agravar da crise com os sucessivos escândalos financeiros na banca (BPN, BCP, BPP, BANIF, BES). E, se mais não houvesse, bastariam estes exemplos para demonstrar quanto é importante o papel do Presidente da República para o regular funcionamento das instituições democráticas no respeito pela Constituição.

ABRIL, CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO

OBJECTIVOS É QUE CONTAM

Assim, as próximas eleições presidenciais assumem uma acrescida importância, já que o PSD/CDS derrotados nas eleições de 4 de Outubro, procuram agora através de outro candidato, reciclado quanto baste, dar continuidade à política de direita que o povo e a maioria parlamentar interromperam. O candidato de direita, calculista experimentado, procura distanciar-se do antecessor, do mesmo partido, cujo estilo crispado e arrogante se tornou intolerável neste final de mandato. Não haja ilusões quanto a este habilidoso candidato, por mais sorridente, afectuoso e beijeiro que se apresente. O que importa não é o candidato, antes são os seus objectivos políticos de manter a direita na Presidência da República.

A URAP, na sua defesa intransigente dos ideais do 25 de Abril e da democracia, alerta para o significado desta eleição do Presidente da República e para o contributo que a escolha de um candidato plenamente identificado com os valores de Abril e com a defesa e cumprimento da Constituição pode dar para que se concretize a esperança aberta nesta nova fase da vida política a dar agora os primeiros passos.

Nas eleições de 24 de Janeiro importa consumir a derrota da política de destruição das conquistas democráticas da Revolução de Abril e criar melhores condições para a afirmação de uma política alternativa que não defraude as expectativas de uma vida melhor, num Portugal mais desenvolvido, mais justo e soberano.

Parafraseando o poeta: Agora que *voltou a florir* a esperança na nossa terra, as portas que Abril abriu, nunca mais ninguém as cerra.

José Manuel Vargas



O TERRORISMO É SEMPRE UM INIMIGO



O terrorismo é sempre uma prática criminosa, inimiga da democracia e da luta pelo progresso, pela justiça social e pelos interesses dos trabalhadores.

Daí que sempre tenhamos rejeitado a sua identificação com a luta libertadora dos povos, designadamente quando esta, em situações concretas, assume justa, necessária e corajosa expressão armada. O fascismo chamava «terroristas» aos patriotas que lutavam pela independência dos seus países nas ex-colónias portuguesas – o MPLA, a FRELIMO e o PAIGC. Tal como os EUA e seus aliados chamam «terroristas» aos patriotas palestinos, iraquianos, colombianos. E que para o Senado dos EUA só aos 89 anos (Julho de 2008) Nelson Mandela tenha deixado de ser terrorista! E o ANC também...

Sempre afirmámos que não há terrorismo-bom e terrorismo-mau e que o terrorismo de Estado e o terrorismo político caminham de mãos dadas. E sempre agimos em consonância com estes pontos de vista. Por isso, os resistentes antifascistas têm uma autoridade moral singular para se pronunciar sobre esta matéria.

Tudo isto vem a propósito dos brutais actos terroristas que neste século têm semeado a morte e o horror em quatro continentes: África, América, Ásia e Europa.

TAMBÉM EM PORTUGAL HOUE TERRORISMO

Tudo isto deve trazer às memórias que também em Portugal houve terrorismo: com bombas, com tiros, com assaltos, com agressões violentas, com edifícios incendiados, com feridos, com mortos – e que vários dos que, hoje, condenam, com trínados de democracia na voz, as bárbaras acções bombistas na Europa e nos EUA (mas não em África e na Ásia...) estavam, então, intensamente empenhados na organização, no incentivo, no apoio ao terrorismo bombista.

Tratou-se de uma brutal vaga terrorista, cujo objectivo essencial era a liquidação da democracia de Abril, do mais avançado projecto de democracia alguma vez existente em Portugal: uma democracia amplamente

participada, geradora de liberdade, de justiça social, de respeito pelos interesses dos trabalhadores, do povo e do País, de respeito pelos direitos humanos – e o ataque à democracia de Abril passava pelo ataque aos que a defendiam.

Em Julho (de 1975) são realizados 87 actos terroristas. Em Agosto 153 acções terroristas, das quais assaltos a sedes de partidos políticos com destruição de 80, 39 fogos-postos, 15 bombas, dezenas de agressões.

Estas acções foram cuidadosamente preparadas e organizadas, e financiadas pela CIA e pelos serviços secretos de outros países, e constituíam a expressão armada da ofensiva que, no plano político, era uma ofensiva que na situação concreta então vivida era, de facto, contra a democracia, a liberdade, a justiça social, a independência nacional.

TERRORISMO POLÍTICO E TERRORISMO DE ESTADO

O terrorismo político é sempre um acto criminoso – por isso condenável e a exigir combate. Mesmo quando se apresenta disfarçado, fingindo-se de esquerda ou apresentando-se como resposta ao terrorismo de Estado, ele não consegue esconder a sua verdadeira face, nem os interesses que serve.

Acções de terrorismo político, em particular com grande ressonância mediática, são pretextos para a intensificação dos projectos expansionistas e de domínio do mundo por parte dos sectores belicistas ligados aos complexos militares-industriais. São crimes brutais que servem de justificação para a prossecução e intensificação dos crimes brutais praticados pelos EUA, NATO e seus pares no Iraque, no Afeganistão, na Palestina, na Líbia, na Síria e em todo o lado onde aquelas forças pretendem assentar a sua pata opressora. São actos criminosos que criam excepcionais condições objectivas e subjectivas para os ataques à democracia, nomeadamente para a aprovação das leis chamadas antiterroristas e que outra coisa não são do que graves ataques às liberdades, direitos e garantias dos cidadãos.

GO DA DEMOCRACIA, DA PAZ, DA JUSTIÇA



RACISMO, XENOFOBIA, FASCISMO

Ressurge o racismo, a xenofobia, o fascismo, o anticomunismo. A cruzada contra o terrorismo funciona como incentivo à expansão do terrorismo.

O terrorismo, historicamente contrário aos interesses dos trabalhadores e dos povos, é um problema real que precisa de ser firmemente combatido.

Mas a «guerra ao terrorismo» conduzida pelos EUA e seus aliados, com métodos de autêntico terrorismo de Estado, em lugar de o reduzir e isolar, alimenta-o e amplia-o. O combate ao terrorismo faz-se fundamentalmente lutando contra as suas raízes sócio-económicas e ideológicas – exploração, miséria, aprofundamento das injustiças e desigualdades sociais, pilhagem e opressão nacional, perseguição cultural e religiosa – e não com o afrontamento do Direito Internacional, o ataque sistemático a direitos, liberdades e garantias, o racismo e a guerra que a seu pretexto promovem.

Tornou-se uma evidência que a chamada «guerra ao terrorismo» constitui, no essencial, cobertura política e ideológica para os objectivos estratégicos de domínio mundial que assume já matizes neofascistas nas guerras ditas «preventivas».

A destruição das torres de Manhattan levou, por exemplo, à criação de tribunais militares para julgamento de estrangeiros suspeitos, a perseguições e humilhações infligidas a imigrantes muçulmanos, caça às bruxas nas universidades, ao desaparecimento de clássicos da literatura nas bibliotecas públicas, a gestos tão simbólicos como a proibição da canção de John Lennon em defesa da paz. O Patriot Act, a lei ultra-reaccionária promulgada por George W. Bush, é um diploma que teria merecido a aprovação do III Reich de Hitler.

Por outro, todos os dias nos chegaram denúncias de actos de terrorismo de Estado. Referimo-nos aos voos da CIA, às prisões clandestinas, a Guantánamo, às torturas, aos assassinatos selectivos, aos raptos de responsáveis políticos. E ao bombardeamento de vilas ou de bairros

residenciais inteiros, ao uso de armas de destruição massiva, ao regresso ao discurso nuclear, à legalização da tortura nos EUA.

O caldo de cultura donde emerge o terrorismo é a realidade da sociedade capitalista. O terrorismo é, sempre, um aliado fiel do capitalismo – logo, um inimigo da democracia, da paz, da justiça.

TERRORISMO DE ESTADO

Terrorismo de Estado é defender a concepção de que se pode expulsar, pelo uso combinado da violência física e da pressão económica, alguém de uma terra onde nasceu e que é sua, para em seu lugar colocar alguém que nasceu algures e nunca conheceu o país. É transplantar para diferentes locais populações inteiras, provocando, conseqüentemente, a morte de milhares dos seus filhos. É privar um povo do direito ao acesso à educação e à cultura.

Terrorismo de Estado é enclausurar populações inteiras em guetos (ou campos de refugiados), forçando-as a viver no seio da miséria e da doença, abaixo de qualquer limite de pobreza. É responder à revolta generalizada, com a repressão em massa, considerando toda a população como potencial terrorista. É executar prisioneiros a sangue frio.

RESISTIR É LEGÍTIMO

São legítimas, e como tal reconhecidas pela ONU, pela UE e pelo direito internacional, acções violentas contra a ocupação de um país por uma potência estrangeira, ou contra situações antidemocráticas de privação das liberdades e dos mais elementares direitos do homem. Nós próprios portugueses sofremos na pele esta situação e conhecemo-la demasiado bem, fosse durante a guerra colonial, fosse mais recentemente em Timor-Leste.

António Vilarigues

HOMENAGEM AOS ANTIFASCISTAS POR UM MUNDO MELHOR



«Foi por (...) um Mundo melhor que os homens que hoje homenageamos, operários, marinheiros, intelectuais, ousaram levantar-se contra a ditadura fascista, pela liberdade», disse a coordenadora da URAP, dia 12 de Setembro, na romagem anual à sepultura dos antifascistas assassinados no Campo de Concentração do Tarrafal.

Marília Villaverde Cabral, que falava junto ao Mausoléu dos Tarrafalistas no Cemitério do Alto de S. João, em Lisboa, referiu também o democrata José Casanova, falecido em Novembro de 2014, que, «até poder, nunca deixou de vir aqui, com a URAP, homenagear os que, na longa noite do fascismo foram portadores da chama da liberdade e pela liberdade morreram no Campo de Concentração do Tarrafal».

Anteriormente, Fernando Tavares Marques, numa cerimónia presidida por José Manuel Vargas, leu uma carta ficcionada do livro de José Casanova «Tempo das Giestas».

Depois de assinalar que os antifascistas ali enterrados faziam parte da «primeira leva de presos que foram para o Campo de Concentração do Tarrafal, copiado por Salazar, do modelo nazi», a dirigente da URAP sublinhou que «pelo campo passaram até 1954 – data do seu encerramento, devido à denúncia nacional e internacional – 340 presos políticos, 32 dos quais ali sepultados».

«Daqui, ninguém sai com vida», diziam os carcereiros do Tarrafal. Mas os sobreviventes, embora «cercados de arame farpado, de mar, de muitas muralhas de isolamento, conseguiram tudo derrubar e construir com a sua firmeza, a sua convicção, um futuro que abateu os fascistas». «Os vencedores fomos nós», afirmavam.

Na cerimónia, perante cerca de 80 pessoas, um grupo de elementos do Coro Lopes Graça cantou: «Firmeza», «Jornada» e «Acordai!».

Os participantes deixaram o cemitério do Alto de S. João a cantar «Grândola, Vila Morena», de Zeca Afonso, e o Hino Nacional.



CONVÍVIO NA SEDE

O núcleo de Santa Iria de Azóia realizou, na sua sede local, o já tradicional convívio de fim de ano, que já vai na sua quarta edição. Na iniciativa, que serve para prestação de contas da actividade realizada pelo núcleo, participou a coordenadora da URAP, Marília Villaverde. Diamantino Torres, do Conselho Directivo e membro do núcleo, apresentou as contas.

CONVOCATÓRIA PARA ASSEMBLEIA-GERAL

Convocam-se todos os sócios da URAP a participarem na Assembleia-geral ordinária que se realiza no dia 27 de Fevereiro, pelas 14h30 horas, em local a divulgar na página da URAP na internet.

A ordem de trabalhos é a seguinte: 1) Apreciação e votação do relatório de actividades. 2) Apreciação e parecer do Conselho Fiscal sobre o respectivo relatório.

Os que não sejam membros da URAP e pretendam assistir aos trabalhos da assembleia podem fazê-lo.